

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

NEIDE CAMILO NOGUEIRA

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A INCLUSÃO

Campinas
2006

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

NEIDE CAMILO NOGUEIRA

A EDUCAÇÃO INFANTIL E A INCLUSÃO

Memorial apresentado ao Curso de Pedagogia – Programa Especial de Formação de Professores em Exercício nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como um dos pré-requisitos para conclusão da Licenciatura em Pedagogia.

Campinas
2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Nogueira, Neide Camilo

N515e A educação infantil e a inclusão : memorial de formação / Neide Camilo
Nogueira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual
de Campinas, Faculdade de Educação, Programa Especial de Formação de
Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas (PROESF).

1. Trabalho de conclusão de curso. 2. Memorial. 3. Experiência de vida.
4. Prática docente. 5. Formação de professores. I. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-515-BFE

*Dedico este trabalho, ao meu filho,
César Augusto Zanutello,
grande colaborador e incentivador.
Luz da minha vida.*

Agradecimentos

Aos meus pais, que me concederam o direito a vida e sempre me apoiaram.

Á Angelina David Zanutello minha sogra pelo carinho de todas as tardes preparar o jantar e lanche.

Ao meu marido Léo, pela paciência e ausência em vários momentos de nossa vida.

Os colegas da graduação pelo diálogo e companherismo em especial Valdenice, Néli e Regilane durante a nossa jornada de 2003 até 2006.

Aos funcionários da Faculdade de Educação, que proporcionaram condições para que o trabalho acadêmico acontecesse.

Aos professores pelo comprometimento e compreensão.

A todos que contribuíram de alguma forma na realização deste trabalho, porque agradecer a alguns é com certeza esquecer de muitos.

*“ É amizade entre a mão e a mente,
é um pensar fazendo,
um fazer pensando,
aproximando as fronteiras
entre o possível e o impossível.”*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. AOS INTERLUCORES: MINHAS MEMÓRIAS.....	9
2. O PROCESSO HISTÓRICO DA CRIANÇA E DA INFÂNCIA.....	14
3. BREVE HISTÓRICO DO PAAE NA REDE MUNICIPAL.....	17
3.1. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA	19

4. CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA PIAGETIANA NO PROJETO	
POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	22
4.1. O LÚDICO E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
5. MINHA MEMÓRIA : UNICAMP.....	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33

APRESENTAÇÃO

Neste trabalho procuro relatar as minhas experiências em Educação Infantil, focando o processo ensino-aprendizagem.

No ano de 1992, recém formada como professora e insatisfeita comigo mesma, soube que a APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional) precisava com urgência de uma profissional especializada, mas não a encontrou. Candidatei-me ao cargo e informei para a entidade a minha falta de especialização, mesmo assim fui para entrevista e acabei contratada em caráter temporário. Em janeiro deste mesmo ano, participei do concurso para Educação Infantil, no qual fui aprovada. Enquanto aguardava ser chamada para assumir uma sala de aula, atuei como professora na APAE.

Este breve período de atuação e experiência nesta instituição, que tem na sua estrutura um espaço de troca de ações entre profissionais, foi de fundamental importância para mim. Percebi o quanto era relevante o contato entre o educador e profissionais diretamente envolvidos com crianças portadoras de necessidades especiais, como fonoaudiólogos, psicoterapeutas, psicólogos, dentistas e neurologistas. Com esse conhecimento passei a utilizar estratégias diferenciadas, de acordo com as necessidades de cada criança e compreender melhor a minha atuação como educadora.

Nesta experiência tive contato com a diversidade cultural, as dificuldades de transportes, as necessidades econômicas daquelas famílias na manutenção de seus filhos na instituição. Dessa maneira, tive a oportunidade de internalizar um grande aprendizado.

No primeiro semestre do curso PROESF (Programa de Formação de Professores em Exercício), durante uma atividade cultural, o professor José Luis Sanfelice mencionou o processo de democratização da escola pública. Recordo da sua explanação a respeito da clientela escolar, marcada por diferentes condições econômicas, sociais e culturais, pois a expansão da diversidade provoca maiores desafios. Nesta fala, pude me remeter ao passado, no qual percebi a falta da troca de experiências dos educadores mais experientes com os outros. No exercício do intercâmbio didático entre esses profissionais, muitas sugestões poderiam ser transmitidas. Essa experiência poderia contribuir para a transmissão de conteúdos mais significativos, que relacionasse a realidade e os anseios

dos alunos, ou seja, uma verdadeira utilidade para sua vida cotidiana, evitando assim os conflitos internos e a evasão escolar. Observo que é na prática cotidiana que ocorre o enfrentamento de diferentes situações, entre elas, a inclusão social de crianças portadoras de necessidades especiais. Uma atividade que exerço em sala, mesmo não possuindo formação mínima para tanto.

Apesar de observar uma lacuna no desenvolvimento pedagógico, percebo que a Educação Infantil vem ganhando contornos cada vez mais nítidos e com isso, as discussões emanam de seu interior e vão adquirindo maior visibilidade e consistência. Nota-se uma crescente compreensão sobre os processos relacionados à construção das dimensões humanas nas crianças pequenas: nas formas de apropriação, produção e expressão de significados, bem como na consolidação dos direitos a elas consignados pela própria sociedade brasileira.

1. AOS INTERLOCUTORES: MINHAS MEMÓRIAS.

“Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho e trabalho”.

(Bosi)

A memória exige um trabalho do cérebro e me remete à minha infância, na qual se vislumbra a presença do circo, do trapézio, do palhaço e de muita alegria.

Meus pais eram agricultores que, com o êxodo rural, esperavam proporcionar melhores condições de vida nos centros urbanos. Esta coragem possibilitou aos filhos o acesso à escola e aos novos conhecimentos. Sou a oitava, dentre os dez filhos que foram concebidos pelo casal e todos estão vivos. As minhas irmãs mais velhas, assim que concluíram o ginásio, hoje chamado Ensino Fundamental, optaram pelo Magistério.

Para a classe operária, o Magistério se apresentava como uma das possíveis opções de profissionalização para as mulheres. O meu único irmão escolheu o ofício de artesão: marcenaria. O incentivo para que eu seguisse o Magistério foi grande, mas ainda era muito jovem e tinha outros sonhos. Eu observava a dificuldade da prática docente, como o excesso de trabalho e a distância entre nossa casa e as escolas.

A falta de experiência levou-me a não enxergar a condição da mulher no mercado de trabalho. Por isso optei por trabalhar como bancária, uma vida profissional que no meu caso foi curta e quando me dei conta, estava com vinte cinco anos. A cultura das empresas privadas e inclusive as redes bancárias nas décadas de 1980 e 1990, era a de contratar funcionárias com um rosto sem marcas, com corpo atlético e eu já não me enquadrava nesse estereótipo, tendo então, que procurar outro ramo profissional.

Na década de 80, um dos meus sobrinhos cursava a Educação Infantil, tinha lição de casa para fazer. Como a sua mãe lecionava numa cidade vizinha e minha mãe ficava com ele, passei a ajudá-lo nas tarefas escolares.

No final do ano, como ele já conseguia ler, fiquei encantada: como eu me senti útil nesta atividade! Comecei então, a pensar na necessidade de mudar a minha trajetória de vida.

Neste momento, senti que deveria voltar a estudar, a fim de obter uma melhor opção profissional e econômica. Frequentava somente as matérias específicas de Magistério, pois já havia concluído o 2º Grau em 1975. Estudava no período noturno, numa sala heterogênea, nas idades e na formação sócio-cultural. Durante minha formação tive professores comprometidos com o processo de ensino-aprendizagem.

Assim que concluí o Magistério, lecionei como professora eventual do Estado, principalmente em escolas de bairros periféricos. As salas eram heterogêneas, por exemplo: em uma primeira série havia crianças de sete anos e adolescentes de treze, os quais ficavam desinteressados com os conteúdos apresentados, pois não eram significativos. Toda essa diferença de idade em uma mesma sala de aula provocava conflitos entre os alunos e deles para comigo. Eu necessitava que tivesse um maior embasamento teórico e de atitudes mais democráticas para mediar aqueles conflitos e ter mais sensibilidade na busca de soluções.

Durante o meu curso de Magistério, não me proporcionaram discussões a respeito da heterogeneidade, dessa forma, essa experiência foi frustrante do ponto de vista profissional. A minha atuação como professora eventual me deixava insatisfeita, um aspecto que eu não queria deixar transparecer.

No processo de formação, conseguia observar algumas contradições na postura entre os docentes. Esta contradição tornava-se mais perceptível nos momentos de estágio do Ensino Fundamental, realizados na Rede Estadual de Ensino. Os estágios da Educação Infantil aconteciam em locais variados, designados pelo professor da disciplina de Didática de Ensino. Nesse estágio tive contato com salas homogêneas no aspecto idade. A preocupação voltava-se para o cognitivo da aprendizagem e não ao processo

No ano de 1993, assumi a sala de Educação Infantil no Jardim Brasil, no município de Indaiatuba, que ficava distante da minha casa e dispunha de pouquíssimo material. A escola funcionava em um espaço adaptado, em uma antiga estação ferroviária, com sala muito pequena, pouca ventilação e iluminação.

O plano de ensino estava elaborado por áreas de conhecimento social. Partia-se de um texto gerador, advindo de um tema de estudo relativo à alfabetização. Assim, todo o contexto alfabetizador trabalhado na escola deveria iniciar por um tema

predeterminado. Desta maneira, ocorreria uma integração com as demais áreas: cognitiva, linguagem, motora, expressão social, recreação e desenvolvimento físico.

No início da minha atividade profissional na Educação Infantil utilizei a “Cartilha para o Professor”, indicada pela Secretaria Municipal de Educação, material que inicialmente auxiliou o meu trabalho ao longo do ano, pelos conteúdos e objetivos elaborados, que deveriam ser aplicados sem nenhum questionamento, inclusive as datas comemorativas.

Na convivência com as crianças do bairro Jardim Brasil, foi possível observar uma lacuna no plano elaborado pela “Cartilha” em relação àquela realidade. No entanto, ainda não tinha muita clareza de como proceder. Através de conversas com a coordenação, demonstrava a minha insatisfação com a fragmentação do conhecimento, uma vez que aprendemos também através da dança, da música e do teatro, ou seja, desenvolvemos todos os nossos sentidos: audição, visão, paladar, tato e olfato. Percebia que na rotina elaborada para cada dia de aula, alguns alunos desenhavam, outros pintavam, enquanto outros modelavam. Todos participavam, as opções eram consideradas naturais. Eu não estimulava a utilização deste ou de outro material, acreditando que assim estava respeitando a criança. Não observava que, este respeito leva ao confinamento da criança em seu próprio mundo, impedindo-a de entrar em contato com outras linguagens, de ousar, criar, correr riscos, crescer e desenvolver.

Louro cita,

“Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas”. (Louro, 1999, p. 21, 22).

Nota-se que a escola e a sociedade agem de forma a “engessar” os sentidos, apresentando moldes que permitem à criança ver, ouvir, tocar, degustar, cheirar etc.,

dentro dos limites impostos pelos padrões dominantes. Acredito que é preciso aprender a ver com olhos livres.

No ano de 1977 houve a retirada da “Cartilha”, a Educação Infantil tornou-se mais democrática, pois no processo de ensino-aprendizagem participam: coordenadores, professores, familiares e a própria criança. Dessa forma, fiz o levantamento com as crianças sobre o que elas desejavam aprender. Em uma reunião de pais manifestaram seu interesse por determinados assuntos.

Como educadora, sentia-me como um ser pensante e atuante, sendo que anteriormente a este processo, era apenas cumpridora de tarefas. Diante disso, a tão almejada autonomia começou a ser exercitada pelos educadores.

Entretanto, o sistema continua assegurando o controle na figura do coordenador, alguns mais democráticos, outros ainda por desenvolver esta habilidade, com interpretações equivocadas. Contudo, quando se trabalha em município pequeno, o que prevalece são os contatos com o Prefeito e o Presidente da Câmara, deixando sem valor a opinião do professor.

Paro cita,

“Na escola pública há que se considerar, também, que sua prática está tão perpassada pelo autoritarismo, que o discurso liberalizante mal consegue escamoteá-lo... democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais porque lhes “dão abertura” ou “permitem” que tomem parte desta ou daquela decisão”.(Paro, 2001, p.18).

Para se ter uma verdadeira democracia tem que se rever o comportamento de pessoas envolvidas, pois a democratização se faz na prática, refletindo sobre suas próprias atitudes, caminhando para relacionamentos social, cooperativo e democrático.

A cada início de ano, ocorre escolha e atribuição de aula, pelo qual o educador pode se deslocar de uma escola para outra. A escolha é feita através de pontuação, tempo de serviço, cursos e assiduidade. Este mesmo processo é realizado com os

coordenadores. Estes profissionais mantêm reuniões semanais com a Equipe Técnico-Pedagógica da SEME (Secretaria Municipal da Educação). Nos Horários de Trabalhos Pedagógicos Coletivos (HTPC's), os assuntos pertinentes aos educadores são transmitidos pela coordenação, sendo que, a unidade onde atuo apresenta uma característica importante: faz uma filtragem, ou seja, coloca o que considera pertinente ao grupo. Assim, aproveitamos o tempo para discussões cotidianas e elaboração de próximas metas, estratégias e leituras que possam contribuir para o trabalho da equipe.

2. O PROCESSO HISTÓRICO DA CRIANÇA E DA INFÂNCIA

Durante séculos, a criança foi vista pela sociedade como um empecilho e a passagem dela pela família era muito breve e insignificante, não havendo tempo e razão para desenvolver sua cognição e tocar a sua sensibilidade. Somente no século XVIII, a criança passou a ser historicamente reconhecida e valorizada, respeitando: ritmos de crescimento, comportamentos e individualidade.

De acordo com Ariès,

“A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram, portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que deveria saber ajudando os adultos a fazê-las”. (Ariès, 1981, p. 10).

Segundo Ariès, a criança tem valor social dependendo do momento histórico em que está inserida. Assim como, a forma pela qual a criança é vista pelo adulto depende do momento histórico em que ele adulto está vivendo. A socialização da criança se dá com esta inserida no meio dos adultos para ser educada logo após passado o risco de morte.

No Brasil, o reconhecimento da Educação Infantil como parte integrante do Sistema de Ensino Brasileiro, que anteriormente era vista de uma forma “assistencialista” e não educativa, só ocorreu a partir da Constituição de 1988.

A criança passou a ser inserida em um processo educativo presente na escola elementar, necessitando de espaço, metodologia, materiais apropriados que viessem atender as suas necessidades e o desenvolvimento da aprendizagem, de acordo com a sua faixa etária. Diante desse contexto, foi proporcionado às crianças espaço de socialização, ampliando o seu universo de conhecimento em todas as áreas e nas diferentes relações (adulto x criança / criança x criança / adulto x adulto).

Nas últimas décadas, a criança está diante da ausência dos pais, que se sobrecarregam e não tem tempo para os filhos e para suprir essa “infância solitária”. As crianças se socializam nos espaços educativos da Educação Infantil, através das atividades escolares: brincadeiras, cantigas de roda, música, teatro etc. Nesses espaços, as crianças se reconhecem como seres humanos, com seus próprios direitos, interesses que nem sempre coincidem com os de seus pais e outros adultos. Esse reconhecimento se dá através da educação, e quanto mais ativa ela for, mais receptiva estará para esses novos conhecimentos.

Daí que, segundo Hernandez,

“A concepção construtivista sustenta que os seres humanos constroem o conhecimento a partir do fato de viverem em contextos transformados pelas concepções, ações e artefatos produzidos pelas gerações precedentes. Esses artefatos, que vão do lápis ao computador, têm uma base cultural, ou seja, respondem a necessidades concretas da sociedade e produzem representações simbólicas de valor para determinados grupos num espaço (cada vez mais amplo) e num tempo cada vez mais curto”. (Hernandez, 2004, 42).

Nota-se que estes avanços estão acontecendo muito rápido e fornecem variadas informações ao mesmo tempo. Cabe à educação respeitar este processo de aquisição de cada indivíduo, pois, não pode estar separado do mundo social que o rodeia. Sendo assim, o conhecimento é gerado e construído culturalmente.

O espaço escolar da Educação Infantil deverá, portanto, propiciar aos alunos um desenvolvimento de suas competências que estimulem inteligências múltiplas: lingüística, musical, lógica, matemática, espacial, corporal, cinestésica, intrapessoal, inter pessoal, etc. Logo, devemos sempre questionar: Qual o enfoque que estamos valorizando na Escola?

Acredito que, a educação deve estar baseada na vida da criança, sendo esta, uma ferramenta para que o aluno tenha condições de adquirir conhecimentos, se transformar e

se liberar da opressão social presente em nossa sociedade, muitas vezes “camuflada”, contribuindo assim, na formação de uma sociedade mais justa, solidária e respeitada, não importando a sua raça, religião, situação econômica, social ou cultural.

Enquanto educadora, procuro pautar minhas ações educativas em atividades que favoreçam o desenvolvimento dos alunos, nos aspectos: cognitivo, social e afetivo, e que formem também, “cidadãos criança”, éticos, solidários etc. Ao pensar em infância tinha como base a minha, no seio familiar, com todas as brincadeiras e oportunidades de frequentar uma escola.

Durante a graduação tive oportunidade de conhecer o histórico da infância de séculos anteriores, como por exemplo, do século XVII. Alguns textos me deixaram anestesiada ao ter contato com aqueles seres tão pequenos pudessem ser considerados empecilhos à sociedade, sendo retirada de sua família para ser educado por preceptores.

Após esses estudos realizados no PROESF, passei a ter clareza que as condições são de acordo com cada momento histórico, portanto, neste momento enquanto educadora começo a me observar e tentar modificar minha postura tornando-me menos falante, mais ouvinte e interagindo ativamente com as crianças.

3. BREVE HISTÓRICO DO PAAE NA REDE MUNICIPAL.

No município de Indaiatuba, após a constatação da existência de um número considerável de Portadores de Necessidades Especiais, que não contavam com serviços educativos especializados no âmbito público municipal, foi criado o Programa de Apoio à Educação Especial (PAAE), como meta do Projeto Político Pedagógico da SEME (Secretaria Municipal de Educação) em 1997. Este programa foi oficializado através de Decreto de Criação nº 7.199 de 13 de dezembro de 2001, buscando atender através do conceito de inclusão, crianças, jovens e adultos com deficiências: mental, visual, auditiva e portadores de dificuldades acentuadas de aprendizagem.

Atualmente, a educação inclusiva está inserida em todas as escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Regular, pois, dado a complexidade da questão surgiu a necessidade de que decisões fossem tomadas.

Para Pablo,

“ A escola deve formar para responder competitivamente às demandas do mercado”, dizem . “Uma boa escola é aquela que permite uma rápida inserção laboral dos alunos”, reafirmam. “As instituições educativas de qualidade são as que permitem entrar na universidade para poder obter um diploma e, assim, progredir na vida”, sentenciam.”
(2001, p.48)

O que Pablo diz, é que as crianças de educação inclusiva ao estarem na escola, encontrarão um espaço genuinamente democrático, onde partilharão o conhecimento e a experiência com o diferente, tenha ele a estatura, a cor, os cabelos, o corpo e o pensamento que tiver. Terão seus direitos fundamentais respeitados e mesmo sem saber colaborarão para formarem adultos tolerantes, solidários e responsáveis pelos outros, cabendo a educadora encontrar caminhos alternativos para atingir os propósitos do processo ensino-aprendizagem.

Em face, a avaliação deve ser constante, contínua e dinâmica e ter por objetivo auxiliar o processo ensino-aprendizagem em conjunto: criança, pais, educadores,

especialistas da escola e da SEME. Portanto, se faz necessário rever a concepção de avaliação, sobretudo, rever as concepções de conhecimento, de ensino, de educação e de escola. Isso conduz a uma reflexão de um novo projeto pedagógico, apoiado em princípios e valores comprometidos com a aprendizagem de todas as crianças e com a transformação da realidade.

Visto que, cabe ao município participar dos encontros oferecidos pelo MEC (Ministério da Educação), tendo como representante a pessoa do gestor e educador, posteriormente, esses profissionais seriam então, os multiplicadores deste aprimoramento aos demais educadores da Rede Municipal. Contudo, percebe-se que, as informações são restritas a poucos, fazendo com que se propague à exclusão ao educador, que tem muita dificuldade em potencializar a criança inserida no processo educacional inclusivo.

3.1. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

O objetivo da educação inclusiva é priorizar a matrícula de todas as crianças portadoras de necessidades especiais em escolas regulares, lançando o desafio a essas

escolas a desenvolverem uma pedagogia centrada na criança educando, visando o sucesso destas.

Pensei que pela experiência na APAE, citada anteriormente, fosse ficar mais tranqüila. Neste momento, fiz-me muitas perguntas: Afinal, a escola regular não necessitaria ter o aparato técnico de especialistas no local de trabalho?

Sem ao mesmo me dar conta, eu estava insegura. Como construir objetivos interagindo com todos sem discriminação?

Na prática fui descobrindo com a criança o que poderia ser potencializado e fazer com que esta se identificasse e passasse a se sentir pertencente àquele grupo de pessoas. Observei que é importante aguçar a sensibilidade para se encontrar um caminho. Nesse processo, todos os membros da escola são também responsáveis, sem super protegê-la, mas olhando-a como todas as crianças regulares. A criança tem que pertencer à escola e se sentir pertencente à mesma.

Penso que, a inclusão é o reconhecimento da necessidade de ações para se conseguir de fato “uma educação para todos”, incluindo os que são impedidos por algum motivo de participar do processo educacional.

A inclusão na educação infantil em meu município acontece desde o ano de 2001. Então, passei a receber alunos portadores de necessidades especiais, assim como, alunos com dificuldade de aprendizagem.

Ao iniciar a graduação do PROESF, comecei a ter contato com diferentes literaturas, relatos e filmes, passando a adquirir mais conhecimentos, que me fortaleceram, ficando mais segura, com mais sensibilidade, atuando com os sentidos mais aguçados, conseqüentemente, conscientizando-me enquanto educadora.

Realizei na graduação, uma leitura de Jan Amos Comenius, nascido em 1592, na Moravia, antiga República Tcheca, considerado o maior educador do século XVII. Com sua principal obra, a “Didática Magna”, foi o primeiro educador a formular a idéia da difusão dos conhecimentos a todos, criar princípios e regras de ensino, onde a essência eram as necessidades humanas. Segundo Comenius: “... nem deve ser obstáculo que alguns parecem por natureza imbecis ou estúpidos: isso mostra ainda mais a urgência e a importância de educar o espírito de todos” (1633, pág. 90)

Nota-se que estamos alguns séculos em atraso para incluirmos a todos na escola regular e conceder o direito de progredir nas letras podendo superar sua própria fragilidade física ou neurológica.

A partir dessa leitura e dos trabalhos realizados no PROESF, pude compreender que a inclusão é possível, por acreditar que toda criança é capaz e tem um potencial a ser desenvolvido, desde que, respeitada a especificidade de cada um, dadas as condições necessárias e estabelecido um vínculo afetivo entre os envolvidos.

Refletindo acerca das idéias de Comenius, planejo as minhas atividades docentes de forma que promovam as diferentes situações de aprendizagem, respeitando a diversidade dentro da sala de aula.

Apesar de a escola estar incluindo a criança portadora de necessidades especiais, penso que o trabalho dos profissionais da educação não será suficiente, enquanto não mudarmos o olhar da avaliação, em relação às suas habilidades. Para que a verdadeira inclusão aconteça é necessário que a sociedade se prepare para recebê-la.

Um dos casos de inclusão em minha sala de aula era uma criança com comprometimento motor, o qual notei que a vários dias folheava revistas a maior parte do seu tempo na escola. Era esse o seu universo, pouco falava com as outras crianças, pois tinha sua fala comprometida. Ao folhear parava em uma foto, ou uma outra imagem qualquer e conversava baixo. Enquanto professora, tinha muitas dúvidas de como auxiliá-lo.

Após as aulas da disciplina Educação Especial do curso PROESF, aprendi que poderia potencializar o conhecimento do aluno e fui aplicando o meu aprendizado adquirido nas referidas aulas. Iniciei perguntando se poderia ouvir o que falava: sacudiu a cabeça para frente. Aguardei alguma reação e o mesmo me mostrou a cadeira, então sentei e passei a ouvi-lo, ele criava histórias com começo, meio e fim, dentro do contexto visual. Perguntei: posso escrever no meu papel a sua história? Novamente ele sacudiu a cabeça afirmativamente. Fui então a sua escriba. Ao repetir: Posso ler para a sala a sua história? Ele me disse, sim.

Essa criança reconhecia as letras do seu próprio nome, mas não as nomeava, não escrevia e pouco desenhava. Senti que seu potencial estava em criar suas histórias, que passou a contá-las para um pequeno grupo, onde eu era a escriba. Posteriormente, por

iniciativa própria, ele mesmo passou a contar para o restante da sala. Tornou-se autônomo trazendo figuras de casa, montando um pequeno livro de sua autoria. Sei que a minha função para essa criança foi lhe oferecer a vantagem de estar convivendo e verbalizando com desenvoltura a sua criatividade.

Entretanto, deparei com falta de dados e de informações relativos ao quadro clínico da criança e a inexistência de um trabalho paralelo ao trabalho escolar, impossibilitando um acompanhamento direto de toda a equipe escolar devido a uma estrutura carente de profissionais especializados.

4 . CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA PIAGETIANA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.

O trabalho pedagógico da Rede Municipal de Indaiatuba está pautado na teoria piagetiana. Para o pensador desta, o desenvolvimento do indivíduo está subordinado a dois fatores: o de hereditariedade e adaptação biológica (evolução do sistema nervoso e

dos mecanismos psíquicos elementares) e o de transmissão ou interação social (constituição dos comportamentos e da atividade mental).

Piaget buscou em suas investigações, determinar o papel da interação social sobre o desenvolvimento da inteligência no indivíduo. Este teórico coloca o homem como um ser social e o caracteriza pela qualidade das trocas intelectuais que os indivíduos estabelecem entre si, sendo que o grau máximo de socialização ocorre quando tais trocas atingem o equilíbrio.

Neste contexto, uma criança aos seis meses não pode ser o mesmo ser social que um adulto, pois com essa idade ela não é capaz de participar de relações sociais que caracterizem o equilíbrio das trocas intelectuais. Desenvolvimento, então, é definido como uma “equilibração progressiva”, uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio, para um estado de equilíbrio superior. É em termos de equilíbrio que Piaget se refere ao descrever a evolução da criança e do adolescente.

Considerando esse processo de desenvolvimento, são essenciais as ações do sujeito sobre os objetos, já que é sobre estes que o conhecimento é construído, sendo por meio da tomada da consciência da organização das ações sobre os objetos que novas estruturas mentais são construídas.

Portanto, são as ações mentais interiorizadas e coordenadas com outras ações do mesmo tipo, que permitem ao indivíduo obter conhecimento objetivo de diversos elementos presentes na natureza e na cultura, e a busca desse conhecimento ocorre a partir das necessidades decorrentes da vida social, ou seja, a busca do equilíbrio no plano do pensamento, depende das relações interindividuais. A cooperação é um exemplo desse tipo de relação que promove o desenvolvimento, pois pressupõe a coordenação das operações de dois ou mais sujeitos, como a discussão, a troca de pontos de vista e o controle mútuo de argumentos.

Desse modo, as principais condições sociais do homem são: os meios técnicos de produção, a linguagem, os costumes e as regras, que não são determinadas por mecanismos hereditários. Piaget considera também que essas formas de comportamento são adquiridas por transmissão exterior, de geração em geração, isto é, através da educação e só se desenvolvem em função de interações sociais múltiplas e diferenciadas.

Pode-se acrescentar que, a tarefa da educação consiste em formar o raciocínio. A educação é, portanto, não apenas uma formação, mas condição formadora necessária ao próprio desenvolvimento natural. Ainda analisa que o desenvolvimento e o aprendizado são processos separados.

Neste sentido, a criança é a responsável pelo seu próprio processo de aquisição de conhecimento. É por meio de variadas propostas concretas que se dá a oportunidade de vivenciar o manuseio e o contato com estas situações e é indo além da organização lógica que essas interações vão assumindo em seu pensamento.

Piaget teve grande contribuição para o processo educacional, minha formação de Magistério foi também pautada à partir desta argumentação teórica. Mas a graduação me propiciou ter contato com outros teóricos. No momento concebe-se o homem como um ser biológico e como um ser histórico e cultural. Uma pessoa passa pela vida aprendendo coisas e é este o caminho da aprendizagem que vai definir por onde passará o seu desenvolvimento. Com isto, penso que cabe para as próximas discussões do Projeto Político Pedagógico, incluir outra forma de pensar se desejamos uma transformação social.

4.1. O LÚDICO E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O espaço escolar da Educação Infantil ganhou nas últimas décadas reconhecimento do Sistema de Ensino Brasileiro. Houve uma evolução na conquista e no entendimento de criança e infância. Elas têm interesses próprios e desta maneira, fica evidente que se constituem um grupo social.

Portanto, é fundamental que a infância seja atendida não como estágio preparatório, mas como um componente da estrutura da sociedade, nem mais nem menos importante do que os outros estágios.

Penso que, não devemos nos preocupar tanto com o que a criança vai ser quando crescer, mas sim respeitá-la e vê-la como uma verdadeira criança.

No decorrer do curso, tive a oportunidade de estudar sobre Florestan Fernandes, que já em 1946, trouxe uma grande contribuição ao pensar na criança enquanto um grupo social e as conseqüências que originam. Ele coloca que existe um grupo infantil no seio do qual a criança interage e também produz cultura, seio este que se constitui por elementos aceitos da cultura do adulto, como também por elementos elaborados pelas próprias crianças. Estes elementos aparecem no grupo quando as crianças tentam sua integração e, sendo assim, é possível analisar o processo de socialização da criança dentro de seus próprios grupos. Segundo o autor, os grupos infantis se apresentam como verdadeiros grupos de iniciação, introduzindo as crianças no sistema de valores da sociedade, isto é, iniciando-a na vida social.

A inserção social ocorre por situação vivida, estruturada sobre a própria vida interativa das crianças e em contato íntimo com as representações sociais do meio. Assim, as diversas transições que o indivíduo faz ao longo de sua vida são facilitadas por essa formação.

Os grupos infantis são verdadeiros grupos de iniciação à cultura vigente, apresentando como uma real experimentação da vida adulta.

Uma outra questão que devemos estar atentos na construção de uma análise, é que a infância é uma construção social, elaborada para e pelas crianças, em situação ativamente negociada de relações sociais. Tendo um fato biológico, a forma como ela é entendida é determinada socialmente.

È de extrema importância que a infância, como construção social, seja sempre contextualizada em relação ao tempo, ao local e à cultura, variando a classe, o gênero e outras condições sócio-econômicas. Por isso, não podemos mais falar nela como natural nem universal, mas sim em infâncias e em crianças.

As crianças são atores sociais que participam da construção e determinação de suas próprias vidas, como também a vida daqueles que as cercam e da sociedade em que

vivem, contribuindo para a aprendizagem, como agentes que constroem o conhecimento experimental. Assim, as crianças têm atividade e função social.

Portanto, têm voz própria e devem ser ouvidas, de modo a serem consideradas com seriedade, envolvendo-as no diálogo cada vez mais fidedigno. Elas contribuem para os recursos e produções sociais, não podendo ser consideradas como um custo e uma carga.

Devemos representar o processo educativo como um complicadíssimo processo de luta no interior do organismo. Desse modo, o educador deve saber que a criança educa a si mesma, ou seja, o seu desenvolvimento deve-se ao que elas mesmas realizam e não o que recebem através de sua própria iniciativa.

Segundo Antonio Leal, o jogo cria novas possibilidades de socialização e novas experiências em contato com um universo multifacetado, pelo qual a criança é capaz de projetar novos relacionamentos entre si e com o mundo ao seu redor.

Conforme Leal,

“O jogo libera os sentimentos, deflagra mil possibilidades de ver uma certa coisa, aqui e agora, ontem, depois, no infinito; produz escolhas ou recusas; dá sentido; potencializa o indivíduo pela vivência inventada, construída, e pela capacidade, a partir dessa vivência, inferir novas projeções lúdicas, vislumbra novas projeções relacionais” (Leal, 1992, 73).

O jogo ocupa um papel específico no desenvolvimento infantil e deveria ser visto como um importante recurso pedagógico. No entanto, normalmente não é levado em conta no currículo, sendo encarado como uma simples recreação ou uma forma de “queimar energia” das crianças.

O mesmo ocorre nas atividades com linguagem, sem nenhum compromisso com o bem-fazer e sem projetos que contemplem essas atividades. Em minha opinião, o jogo e a linguagem são também pré-requisitos tão importantes quanto a aquisição de outros conhecimentos.

Considero que, a Educação Infantil significa movimento, mas na prática, há uma preocupação em fazê-los dominar, se possível, habilidades de leitura, de escrita, porque assim evitará a reprovação na primeira série.

Se não quero que a criança viva a infância em nome de uma escolarização precoce, para quê escolarizá-la precocemente?

A pré-escolarização prematura propõe em se fazer tudo para que a criança tenha controle motor para segurar o lápis e escrever corretamente. Entretanto, deve-se avaliar sim o processo, criar possibilidades de desenvolvimento motor, contato com a leitura e a escrita estimulando a curiosidade, a expressão dos sentimentos, sem o objetivo de ser avaliado através de uma tabela que irá mensurá-lo, seja por código, número ou letra, como ocorre no sistema de ensino em que trabalho.

O princípio de considerar a escola como espaço de vivência da cidadania, implica em não estar apenas preocupado com as habilidades e os conhecimentos que o aluno vai adquirir para um dia ser trabalhador, ser profissional, vencer na vida, mas em exercer a cidadania.

Assim sendo, o lúdico não está a serviço de uma habilidade específica, pois, através das brincadeiras se aprende muito mais do que se planeja numa sala de aula. A brincadeira tem sentido em si, porque somos seres lúdicos, tanto quanto seres conscientes, intelectuais e conectivos.

Temos a linguagem corpórea, tanto quanto a linguagem escrita, e ambas têm que ser aprendidas e não só uma em função da que é prioritária, uma vez que o ser humano apresenta inteligências múltiplas.

Para tanto, as instituições de Educação Infantil deveriam ter espaço que garantissem o imprevisto, não a improvisação e que possibilitasse o convívio das mais variadas diferenças, apontando para a arbitrariedade das regras, daí o jogo e a brincadeira serem tão importantes, iniciando o exercício da contradição, da provisoriade e da necessidade de transformações.

Assim, o espaço físico não se resume na metragem, ou seja, grande ou pequeno, deve-se ambientar as crianças e os adultos a desafiar e a cumprir os rituais relacionados às regras do jogo, como intencionalidade no conjunto das atividades educativas.

5 - MINHA MEMÓRIA: UNICAMP

*“Tudo tem seu tempo e até certas
manifestações mais vigorosas e originais
entram em voga ou saem de moda. Mas a
sabedoria tem uma vantagem: é eterna”
(Baltasar Gracián)*

Ao rememorar a etapa do meu ingresso na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), me vem logo à mente o meu primeiro fantasma: como chegar até lá?

Então, para não arriscar, pois poderia me perder, levei meu filho comigo no dia de realizar a inscrição.

Assim, saímos da cidade de Indaiatuba bem cedo, em pleno sábado, com todos os documentos em mãos, de modo que tudo fosse cumprido da melhor forma possível. Descemos na rodoviária, onde busquei informações de como chegar até a UNICAMP.

Assim, pegamos o transporte alternativo que chegou breve ao destino esperado, e ainda ali mesmo, perguntei em qual lugar deveria descer e como encontrar o prédio desejado. O jovem cobrador disse que era fácil e me orientou dizendo que seria só preciso voltar um pouco, seguir a rua toda e contornar o círculo. Fiz o percurso, ainda me recordo que encontrei um posto de atendimento do banco Real em uma praça.

Continuei andando em círculo conforme me indicara, passei pelo ciclo Básico que estava em reforma na época. Por onde passava, ia lendo o que encontrava para ter referência, como Biblioteca Central, restaurante etc. Mas, enfim, tudo fechado.

No pátio de um prédio havia uma grande movimentação de adultos, na sua maioria mulheres, e deduzi ser ali o local de inscrição.

Assim, o rapaz do alternativo também havia nos informado que deveríamos voltar pelo mesmo lugar e ficar do lado oposto de onde descemos para que pudéssemos retornar à rodoviária.

Na hora de retornarmos, percebemos que não poderíamos voltar pelo mesmo caminho, pois tínhamos errado.

Eu e meu filho, depois de feita a inscrição e já com uma sensação de alívio, fomos contemplar uma praça e todo o espaço próximo a ela. Sem ter a mínima idéia de onde estávamos, resolvemos cruzar a praça e andar em linha reta.

Chegamos a uma rua onde havia um ponto de ônibus, e pudemos então, voltar para nossa cidade. Para comemorarmos a etapa vencida, fomos ao shopping Parque Dom Pedro, uma vez que esse foi um momento bastante significativo na minha vida.

Fazer o vestibular foi outra viagem longa e muito complicada quando não se conhece o lugar. Desta vez era um domingo e até o meu marido participou da aventura de chegar à portaria da UNICAMP e no local da prova. Novamente fizemos os círculos, os quais logo achamos pela movimentação de veículos e pessoas.

O resultado seria divulgado pela internet, e sem computador não foi possível saber logo qual foi minha colocação. Em um determinado dia, o telefone toca e uma pessoa, a qual eu ainda não conhecia, me informava a respeito da aprovação. Cheguei até à pensar que era uma brincadeira de mal gosto!

Tão logo começaram os estudos e minha rotina diária se modificou expressivamente.

A primeira aula da turma de 2003 começou em uma quarta-feira, no Centro de Convenções. As aprovadas combinaram em andar todas juntas para que nenhuma se perdesse. O ônibus nos deixou próximo ao local da aula, que era bem distante da Faculdade de Educação. Mas, como voltar se o ônibus estava estacionado próximo a este prédio?

Mantivemos o andar em grupo. Quanto medo, frio e risadas talvez para evitar as lágrimas. As aulas eram em prédios diferentes e distantes e até aprender foi difícil não se perder!

Aos poucos, o fantasma foi incorporando no nosso dia-a-dia e fomos criando mais autonomia.

Tão logo, se deslocar de um prédio ao outro foi ficando mais fácil.

Fazer trabalhos em grupo aos domingos, deixar família, festas, reuniões, desentendimento de idéias e posturas, fizeram parte desta trajetória. Além de tudo isso, a leitura de textos era muito difícil de entender para fazer as sínteses. Estes com certeza, foram os três anos mais longos da minha vida!

Ao longo do meu trabalho expus em alguns trechos as contribuições que o PROESF acrescentou na minha vida profissional, além de adquirir conhecimentos em relação à legislação educacional que anteriormente não os tinha. Em relação ao coletivo, contribui inúmeras vezes com o aprendizado adquirido no PROESF, nos HTPCs da unidade escolar que leciono.

Durante esses anos desconstruí e construí novos conceitos e tive a oportunidade de conhecer a realidade de outros municípios, através das trocas e debates em sala de aula. Hoje, ao término dessa graduação tenho maior clareza que o educador tem necessidade de estudar constantemente e realizar boas leituras. É preciso mencionar que,

pude aproveitar dos educadores nesta jornada, absorvendo muito de cada minuto em sala de aula, no laboratório e na biblioteca.

Está próximo do fim e ficarão saudades das colegas, professores e funcionários. Sempre era uma ousadia ao se pensar em ser aluna da UNICAMP. Todavia, hoje sou parte integrante.

A propósito, agradeço aos coordenadores deste curso, que apostaram nesta idéia, também pela paciência e estímulo.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo me permitiu concluir que a escola da forma que está estruturada hoje e sem profissionais especializados para serem os multiplicadores, como é a proposta do MEC, em relação a Educação Inclusiva, não vai dar conta da inclusão, pois ela é pragmática e ensina de uma única forma e as crianças portadoras de necessidades especiais, necessitam de adaptações curriculares, para o desenvolvimento das suas potencialidades.

Enquanto aluna que fui, com o embasamento teórico adquirido, tenho claro o quanto avancei em relação a minha postura e o olhar para com essas crianças.

Dessa forma, também compreendi que o indivíduo está em relação com o meio, experienciando o que pode ser criado mentalmente e transformar em verdade, dando sentido vital a essas situações.

Portanto, me conscientizei de que faço parte da construção de identidade das crianças e de suas representações sociais, tendo vez e voz no mundo no qual estão inseridas.

O espaço educativo tem como intuito instigar as crianças a exercitarem seus instrumentos internos de adaptação, tornando o raciocínio, a consciência moral, afetiva e social cada vez mais elaborados, contribuindo para a formação de indivíduos autônomos, agentes de seu próprio crescimento e atuantes na transformação da sociedade da qual participam.

Penso que, a atuação educativa na Rede Municipal de Ensino deve romper com as práticas nas quais o mais importante é a memorização, a repetição e o condicionamento, em que o educador é tido como detentor do saber e os educandos devem a ele submeter-se para aprender ou àquelas em que o saber se dá espontaneamente, sem a mediação do educador tornando-se uma situação improdutiva.

Enfim, à medida em novas informações causam perturbações no sujeito, ocorre um esforço interno para assimilá-las. Quando em processo tudo isso é acomodado, o modo de pensar anterior sofre mudanças, tornando-se mais lógico.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 - ARANHA, F.M.S (org.) Programa educação Inclusiva: Direito á diversidade nº 1: O município, nº 2: A Fundamentação. MEC, SEESP: 2004.

2 - ARIÈS, Philippe - Prefácio - In Ariés. P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1.981.

3 – BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9394/ 96, de 20 de dezembro de 1996.

4 - FARIA, Ana Lúcia G., O Espaço Físico como um dos Elementos Fundamentais para a Pedagogia Infantil. In: Faria, Ana Lúcia G. e Palhares, Marina. (orgs). Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios. Campinas: Autores Associados, 1999.

5 - FERNANDES, Florestan. As Trocinhas do Bom Retiro. PRÓ-POSIÇÕES. Revista da faculdade de Educação/ UNICAMP: vol. 15, nº1 (43) jan/abr. 2004.

6 - FONTANA, Roseli e CRUZ, Nazaré. Psicologia e Trabalho Pedagógico. São Paulo: Ed. Atual, 2002.

7 - KRAMER, S. Infância Cultura Contemporânea e na Educação contra barbárie. In: Brazílio, L.C Kramer S. “Infância, Educação e Direitos Humanos”. São Paulo: Cortez, 2.003.

8 - LA TAILLE, Y. de. O lugar da Interação social na Concepção de Jean Piaget. In:_. Piaget, Vygotsky e Wallon. São Paulo: Summus, 1.992

9 - OLIVEIRA, M. K. Vygotsky e o Processo de Informação de Conceitos. In: La Taille, Y. de Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão. São Paulo: Summus 1992.

10 – PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Publica. São Paulo: Ática, 2.001.

11 - SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas: Ed. Autores Associados, 1991.

12 - SAVIANI, Dermeval. Onze Teses sobre Educação e Política. Campinas: Ed. Autores Associados, 1991.

13 - SAVIANI, Dermeval. Teorias da Educação Curvatura da Vara. Campinas: Ed. Autores Associados, 1991.